



AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E O CURRÍCULO ESCOLAR A PARTIR DA LEI 10.639/2003 ¹

Cauana Peyrot Conceição², Maria Simone Vione Schwengber³, Joice Andressa Fritz Drefs⁴, Julia Amanda Herter Schneider⁵

- ¹ Trabalho desenvolvido como requisito parcial de obrigatoriedade de Bolsista CAPES.
- ² Licenciada em Educação Física e Doutoranda em Educação nas Ciências (Bolsista CAPES) na UNIJUÍ
- ³ Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências (UNIJUÍ).
- ⁴ Licenciada em Pedagogia e Doutoranda em Educação nas Ciências (Bolsista PROSUP/CAPES) na UNIJUÍ Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.
- ⁵ Licenciada em Pedagogia e Mestranda em Educação nas Ciências (Bolsista PROSUP/CAPES) na UNIJUÍ Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

RESUMO: O presente estudo desdobra-se de uma pesquisa maior e está amparado em ações afirmativas históricas no Brasil relacionada às políticas públicas para a população negra, a qual trata da obrigatoriedade do ensino da História da Cultura Afro-brasileira na Educação Básica (Lei 10.639/2003). Esse, trata-se de uma revisão bibliográfica, de caráter narrativo, que mapeou pesquisas acadêmicas que destacam acerca das ações pedagógicas curriculares realizadas na Educação Básica Brasileira, frente às relações étnico-raciais propostas pela lei Nº 10.639/2003. Metodologicamente, buscou-se por dissertações e teses, dos últimos 5 (cinco) anos, disponíveis no Portal de Periódicos e no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Os resultados apontam que as ações pedagógicas curriculares realizadas na Educação Básica Brasileira são marcadas por avanços e rupturas que culminam na implementação da Lei Nº 10.639/2003. Essas pesquisas acadêmicas mapeadas revelam que os problemas encontrados na execução da Lei 10.639/2003 estão inseridos nas dificuldades estruturais do sistema educacional brasileiro e em suas bases ideológicas racistas, deixando, no entanto, lacunas quanto a ações pedagógicas de efetivação desta lei no ambiente escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura Afro-Brasileira. Escolarização. Revisão Narrativa. Étnico-Racial. Lei Nº 10.639/03.

ABSTRACT

The present study unfolds from a larger research and is expanded on historical affirmative actions in Brazil related to public policies for the black population, which deals with the mandatory teaching of the History of Afro-Brazilian Culture in Basic Education (Law 10.639/2003). This is a bibliographical review, of a narrative nature, that mapped academic





research that highlights the curricular pedagogical actions carried out in Brazilian Basic Education, in light of the ethnic-racial relations proposed by law No. 10,639/2003. Methodologically, we searched for dissertations and theses, from the last 5 (five) years, available on the Periodicals Portal and in the CAPES Theses and Dissertations Catalog. The results indicate that the curricular pedagogical actions carried out in Brazilian Basic Education are marked by advances and ruptures that culminate in the implementation of Law No. 10,639/2003. These mapped academic researches reveal that the problems encountered in the execution of Law 10,639/2003 are part of the structural difficulties of the Brazilian educational system and its racist ideological bases, leaving, however, gaps regarding the pedagogical actions to implement this law in the school environment.

Keywords: Afro-Brazilian Culture. Schooling. Narrative Review. Ethnic-Racial. Law No. 10,639/03.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a educação, sobretudo a pública, é questionada em sua forma e qualidade, com artificios que podem levar à perda de uma série de conquistas legais que garantem, entre outras coisas, a obrigatoriedade do estudo da História da África, da História e da cultura afro-brasileira. Compreendemos inicialmente os elementos formativos das relações étnico-raciais de negros no Brasil, a partir de elementos históricos e estatísticos. Nessa mesma direção, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD, aponta as desigualdades entre as pessoas de cor ou raça branca e as pretas ou pardas (juntos, esses três grupos respondiam por cerca de 99% da população brasileira em 2022: os brancos eram 43,1%; os pretos, 9,3%; e os pardos, 46,5%).

Na tangente da legislação, que reconhece o ambiente escolar, e seus currículos como lócus privilegiado para a promoção e valorização das diferentes culturas, aqui a cultura africana. Nesse sentido, a cultura africana e afro-brasileira, apresentam-se como importante subsídio no combate ao racismo, uma vez que seus preceitos questionam a visão estigmatizada que durante muito tempo vem servindo de base ideológica para o preconceito e discriminação frente à população negra, propondo uma contraposição a esses valores.

A escola não é uma instituição dissociada do meio social e do espaço histórico e geográfico, ela poderá atuar como agência reprodutora do sistema econômico e social, assim como, poderá contribuir para o processo de formação cidadã. A compreensão da necessidade de uma legislação que impulsione mudanças nos currículos e nas ações pedagógicas das





instituições escolares pressupõe a compreensão do processo histórico a que a população afro-brasileira foi submetida durante mais de três séculos.

Assim, esse texto trata acerca problemática de como a história e a cultura afro-brasileira são abordadas no contexto escolar brasileiro, objetiva compreender o que as pesquisas acadêmicas mapeadas destacam as ações pedagógicas curriculares realizadas na Educação Básica Brasileira, frente às relações étnico-raciais propostas pela lei Nº 10.639/2003.

Ainda, o trabalho se inscreve na agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os quais são um conjunto de 17 metas globais estabelecidas pelas Nações Unidas. Esses têm como objetivo combater os desafios globais até o ano de 2030 e promover a sustentabilidade, dentre esses estão o combate à fome, redução das desigualdades e da pobreza, saúde, qualidade na educação e a igualdade de gênero.

Nesse sentido, com o artigo objetiva mapear o que pesquisas acadêmicas destacam minimamente acerca das ações pedagógicas curriculares realizadas na Educação Básica Brasileira, frente às relações étnico-raciais propostas pela lei N° 10.639/2003. Questionamos: o que as pesquisas acadêmicas mapeadas destacam acerca das ações pedagógicas curriculares realizadas na Educação Básica Brasileira, frente às relações étnico-raciais propostas pela lei N° 10.639/2003?

METODOLOGIA

Os caminhos metodológicos foram delineados a fim de mapear as pesquisas acadêmicas, com embasamento acerca das ações pedagógicas curriculares realizadas na Educação Básica Brasileira, frente às relações étnico-raciais, propostas pela lei Nº 10.639/2003. Esse artigo apresenta uma revisão de literatura, do tipo narrativa realizada com base nos descritores "negros, escola, lei 10.639/2003 e História e Cultura Afro-Brasileira".

Trata-se de um estudo qualitativo de revisão narrativa, apropriado para discutir o estado da arte de um determinado assunto. É constituída por uma análise ampla da literatura, sem estabelecer uma metodologia rigorosa e replicável em nível de reprodução de dados e respostas quantitativas para questões específicas, como explicitam Vosgerau e Romanowsk (2014). No entanto, é fundamental para a aquisição e atualização do conhecimento sobre uma temática específica, evidenciando novas ideias, métodos e subtemas que têm recebido maior





ou menor ênfase na literatura selecionada (Elias et al., 2012). É uma abordagem exploratória para descobrir e/ou descrever experiências, significados, eventos e processos através de narrativas.

A pesquisa narrativa é usada para aprofundar a compreensão de um assunto e explorar como as pessoas interpretam significados, experiências e perspectivas. A revisão narrativa é utilizada para ajudar a recontar histórias, obter informações e compreender experiências. Esta abordagem é útil para capturar as nuances das experiências e perspectivas das pessoas, bem como para explorar o significado que elas atribuem a eventos (Pinnegar e Daynes, 2007).

A busca pelos estudos na pesquisa narrativa não precisa esgotar as fontes de informações - não aplica estratégias de busca sofisticadas e exaustivas. A seleção dos estudos e a interpretação das informações podem estar sujeitas à subjetividade dos autores. É adequada para a fundamentação teórica de artigos, dissertações, teses, trabalhos de conclusão de cursos.

A realização de uma revisão bibliográfica narrativa possibilita a construção e a discussão de uma determinada temática, tendo como base a formação de um estado da arte (Rother, 2007). É um estudo de cunho qualitativo, com o desenvolvimento de uma análise e avaliação variável, com eixos norteadores e explicativos, organizados pelos próprios autores com base nos seus questionamentos (Rother, 2007).

A produção dos dados ocorreu no Portal de Periódicos e no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e no portal de periódicos, em buscas por assunto realizadas no dia 24/05/2023. Nestas, os termos usados foram: negros, escola, precariedade e História e Cultura Afro-Brasileira; o operador booleano "AND" foi utilizado para combinação dos termos nas buscas. Para os termos negros, escola, História e Cultura Afro-Brasileira, a fim de ampliar a possibilidade de procura, foi utilizado o sinal de asterisco no final da palavra para recuperar as variações dos sufixos e o sinal de interrogação para que todas as grafías da palavra pudessem ser encontradas (neg* and escol* and "Lei 10.639/2003" and "História e Cultura Afro-Brasileira").

Para fins de seleção dos trabalhos, em ambas as buscas, cinco critérios de inclusão foram utilizados: a) tratar da temática raça e educação; b) apresentar elementos de estudo relacionados à cultura afro-brasileira; c) os artigos serem revisados por pares; e) publicações





entre os anos de 2018 e 2022. Dito isso, nenhuma outra opção de filtro ou refinamento dos resultados foram utilizados no Catálogo de Teses e Dissertações e no Portal de Periódicos. Os artigos excluídos não apresentavam o critério de inclusão estabelecido e/ou apresentavam duplicidade, ou seja, publicações recuperadas em mais de uma das bases de dados. Também foram excluídos artigos publicados em periódicos não editados no Brasil; artigos de revisão e trabalhos de conclusão de curso.

Após essa etapa foi realizada a leitura dos artigos pelo resumo, tarefa necessária, pois, apesar do uso dos descritores, foi obtido muito material que não condizia com o tema abordado, uma vez que tratavam de assuntos relacionados a aspectos parciais em relação ao currículo escolar.

No Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, a busca resultou em 102 trabalhos, e quando filtrado pelos últimos 5 anos, resultou em 10 trabalhos. Apenas 20 foram enquadrados no recorte de cinco anos. Após realizadas leituras dos títulos e resumos dos 20 trabalhos. Destes, sete contemplaram os critérios de inclusão. São sete dissertações de mestrado:

Quadro 1 – Teses e dissertações (termos: negr* and escol* and "lei 10.639/2003" and "História e Cultura Afro-Brasileira")

Ano	Tipo	Título	Autoria
2020	Dissertação	O Ensino de História e a implementação da Lei 10.639/2003 na EEEP Monsenhor Odorico de Andrade	Antonia Lannuzza Gomes Loureiro
2019	Dissertação	Construções de identidades de gênero, raça e classe em livros didáticos de História do Ensino Médio	Inácio Ribeiro Oliveira
2020	Dissertação	Ações governamentais e práticas pedagógicas escolares no ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena em Cascavel – CE (2013 – 2019)	Francisco Deoclécio Carvalho Galvão
2018	Dissertação	A aprendizagem de História e Cultura Afro-brasileira a partir das narrativas de estudantes do Ensino Médio da Rede Pública Estadual de Rondonópolis-MT	Luzinete Santos da Silva
2018	Dissertação	Políticas Públicas de ações afirmativas: em estudo da implementação da lei 10.639/2003 e as suas implicações nas Redes Municipais de Ensino de Porto Seguro – BA, Vitória da Conquista – BA e São Carlos – SP	Leonardo Lacerda Campos





2018	Dissertação	Encenando o currículo: relações étnico-raciais em três atos	Alisson Gomes da Silva Nogueira
2018	Dissertação	Fazendo valer a lei 10.639/2003: contribuições da disciplina de Educação Física para o Ensino de História da África e da cultura Afro Brasileira	Vânia Catarina Machado dos Santos

Fonte: Autores (2023)

No portal de periódicos da Capes (2023) obtivemos o acesso remoto ao conteúdo assinado disponível na nossa instituição de ensino (Unijuí), através de login e senha. A busca avançada pautou-se por repetir os mesmos termos usados na pesquisa no Catálogo de Teses e Dissertações (2023), sendo eles: negros, escola, lei 10.639/2003 e História e Cultura Afro-Brasileira, com filtro de resultados dos últimos 5 (cinco) anos e artigos revisados por pares. A busca apontou doze resultados, sendo que apenas três artigos foram selecionados para compor a análise, conforme o Quadro 2.

Quadro 2 - Artigos (negr* and escol* and "lei 10.639/2003" and "História e Cultura Afro-Brasileira)

Ano	Título	Autoria
2022	A Lei 10.639/2003 e o Documento Curricular de Goiás desafios para um ensino antirracista	Rosiane Correa Guimarães
2018	GESTÃO ESCOLAR E AÇÕES AFIRMATIVAS: ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE REDENÇÃO-CE	Luana Mateus de Caxile Sousa, Carlos Rafael Vieira Ana Lúcia Nobre da Martins Silveira, Elcimar Simão
2021	Consciência negra e luta: leituras e reflexões acerca do dia 20 de novembro nas escolas de educação básica	Ruimar Nunes De Sousa; Francisca Raquel Costa

Fonte: Autores (2023)

Na sequência, apresentamos a análise dos dados produzidos, os quais estão organizados em uma categoria geral: o currículo como elemento basilar da implementação da lei. Um dos elementos básicos da implementação da lei é o currículo. Ele é responsável por





estabelecer diretrizes para orientar as ações educacionais na escola e, por consequência, na sociedade. Ao elencar os conteúdos programáticos, metodologias e os temas a serem abordados, o currículo dá à lei um caráter significativo e concreto. Além disso, identifica as ações pedagógicas necessárias para a implementação da lei. Por meio do currículo, é possível especificar as responsabilidades de cada área disciplinar, definir as competências necessárias para o cumprimento das exigências da lei e propiciar aos alunos o desenvolvimento de habilidades fundamentais para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS A PARTIR DA LEI 10.639/2003

Nessa perspectiva dos estudos localizados, o currículo deverá contemplar ainda a Cultura Negra Brasileira e seus desmembramentos, além de, principalmente, tratar do negro na formação do povo brasileiro. São temas emergentes para a maioria da população, e também para os professores vinculados, sobretudo, à Educação Básica. A proposta de inclusão de novos conteúdos, sob um novo olhar de prioridade, de relevância e de respeito, trouxe questionamento e dúvidas. O racismo passa a ser um conteúdo a ser estudado, respeitado, pois novas concepções de conhecimento serão abordadas a partir da promulgação da Lei Nº 10.639/03.

Nogueira (2018), em sua dissertação de mestrado, intitulada como *Encenando o currículo: relações étnico-raciais em três atos*, compreende o conceito de currículo como o principal elemento operacionalizador das concepções e ideias propostas na da Lei Nº 10.639/03. O currículo descreve Nogueira (2018) como o resultado de disputas de diversas ordens que acabam por ditar aquilo que deve ser partilhado por todos os sujeitos, como conhecimentos comuns. Para Nogueira (2018) o pressuposto da Lei 10639, considerando a reflexão metodológica abordada nos currículos escolares, de modo que se preserve a igualdade entre os sujeitos, poderá "produzir" uma sociedade igualitária e com equidade.

A partir da dissertação de Nogueira (2018) é possível compreender que na maior parte dos discursos, tanto nos documentos oficiais como nos planos de unidade e na prática docente, a temática étnico-racial não ocupa a matriz curricular com conteúdo a ser trabalhados pelas/os professoras/es. Não há, ainda, compreensão de que o tema não exclui qualquer outro conteúdo, mas precisa ser visto a partir da entrada de referências e referenciais dentro do que





já se estuda. A questão reside na possibilidade de existências múltiplas dentro da escola. Não é algo que se insere, mas que se complementa. Para o autor (2018) a permanência de uma estrutura curricular que não dá conta de abarcar a história da África e da cultura afro-brasileira em sua especificidade, como integrante do currículo escolar oficialmente demarcado no Projeto Político Pedagógico.

Conforme pontua Campos (2018) em sua dissertação, intitulada: *Políticas públicas de ações afirmativas: um estudo da implementação da lei 10.639/2003 e as suas implicações nas redes municipais de ensino de Porto Seguro – BA* é possível relacionar o conceito de currículo, como forma de organização do conhecimento escolar, surge como importante na reflexão sobre o papel social da escola. Considera Campos (2018) que é na escola que as relações étnico-raciais se encontram de forma imbricada, e a omissão das questões referentes à escolha dos conteúdos curriculares, reproduz valores na formação de identidades individuais e sociais, portanto de sujeitos sociais.

A dissertação de Silva (2018), intitulada *A aprendizagem de História e Cultura Afro-brasileira a partir das narrativas de estudantes do Ensino Médio da Rede Pública Estadual de Rondonópolis-MT*, aponta para o viés da Prática Docente, na dimensão de que os conteúdos trabalhados, o planejamento do currículo, do Plano Político Pedagógico, a prática diária do professor, são elementos essenciais para escola, enquanto instituição pública, na tarefa inadiável de buscar mecanismos e práticas pedagógicas que transformem a realidade da Lei 10.639/2003.

Silva (2018) destaca que a "implementação da Lei 10.639/2003 desencadeou a necessidade de construção concreta e ampla em todo o território nacional de ações educacionais voltadas para a diversidade brasileira". Assim, o debate e a reflexão sobre as ações curriculares tradicionais, bem como a maneira de conduzir o ensino de história afro-brasileira considerando a realidade do país (a composição dos currículos escolares, dos materiais didáticos e da formação de professores).

A abordagem de Santos (2018) em sua dissertação: Fazendo valer a lei 10.639/2003: contribuições da disciplina de Educação Física para o Ensino de História da África e da cultura Afro Brasileira, revela que embora haja a preocupação de parte dos professores de Educação Física em contribuir para a aplicabilidade da lei, estes ainda têm dificuldades para





inserir os conteúdos no currículo escolar da disciplina de modo a trabalhar tal temática de forma perene e não apenas em ocasiões pontuais, como a semana da consciência negra.

Ainda nessa dimensão, a tese de Galvão (2020): Ações governamentais e práticas pedagógicas escolares no ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena em Cascavel – CE (2013 – 2019), investiga a abordagem sobre a história e cultura afrodescendente e indígena em sala de aula, e compreende que a prática do professor ainda é tímida, carregada de estereotipia, o que corrobora para a manutenção de um imaginário que perpetua estes sujeitos como figuras do passado. Diante do exposto, é possível compreender que ainda há a utilização de aspectos estereotipados, quanto às representações culturais e mesmo na utilização das "figuras cristalizadas" (Galvão, 2020, p. 106) do negro e do indígena.

Na mesma direção, o estudo de Loureiro (2020) aponta a necessidade de romper com a compreensão de que a Cultura Africana e Afrodescendente é algo meramente folclórico. Nesse sentido, há aqui paradigmas eurocêntricos, pautados em propostas curriculares que, na maioria das vezes, priorizam grupos hegemônicos, desconsiderando as diversidades étnico-raciais, que igualmente são integrantes da história brasileira.

LONGE DO FIM...

Certamente, as reflexões não se esgotam neste texto. A intenção é a de colaborar com o diálogo, das possibilidades que surgem da articulação entre os estudos étnico-raciais e as práticas pedagógicas, refletindo sobre como essas duas perspectivas podem colaborar para o fortalecimento de uma pedagogia pautada pelos valores que norteiam a educação étnico-racial.

O primeiro aspecto, de caráter teórico e conceitual, ao evidenciar que as relações étnico-raciais e que as discussões frente a lei Nº 10.639/2003 trata-se de um tema que tem sua relevância legitimada a nível nacional. De forma geral, todos os estudos que compuseram o corpus de análise deste artigo confirmaram isso. As pesquisas acadêmicas mapeadas revelam que os problemas encontrados na execução da Lei 10.639/2003 estão inseridos nas dificuldades estruturais do sistema educacional brasileiro e em suas bases ideológicas racistas (relacionadas à formação de profissionais de ensino, à disponibilidade e à divulgação de recursos para o ensino, à intolerância religiosa, por exemplo).





O segundo aspecto, dialoga com o primeiro, é o de que, mesmo que as ações pedagógicas curriculares realizadas na Educação Básica Brasileira, frente às relações étnico-raciais propostas pela lei Nº 10.639/2003, seja um tema largamente investigado considerando as diferentes áreas do conhecimento, os resultados acadêmicos analisados reforçam algumas das bases argumentativas e teóricas que justificativa a pesquisa da tese em diferentes aspectos: a) o quanto ainda é pertinente problematizar os efeitos da política de relações étnico-raciais nos currículos escolares; b) a importância de compreender os efeitos da lei 10.639/2003 na efetivação e aplicabilidade nos currículos escolares c) o quanto o ensino escolar está ainda pautado em propostas curriculares que, na maioria das vezes, priorizam grupos hegemônicos, desconsiderando as diversidades étnico-raciais e reproduzem na escola esses padrões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº. 10.639 de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei de Diretrizes e Base da Educação nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria da Educação Continuada. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: MEC/SECAD, 2006.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-brasileira e Indígena". Diário Oficial da União, Brasília, 11 de março de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/ ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>.

ELIAS, C. S. R., Silva, L. A., Martins, M. T. S. L., Ramos, N. A. P. R., Souza, M. G. G. & Hipólito, R. L. (2012) Quando chega o fim? Uma revisão narrativa sobre terminalidade do período escolar para alunos deficientes mentais. SMAD: Revista Electrónica em Salud Mental, Alcohol y Drogas, (8)1, 48-53.

GALVÃO, FRANCISCO DEOCLECIO CARVALHO. Ações governamentais e práticas pedagógicas escolares no ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena em Cascavel – CE (2013 – 2019)¹ 16/01/2020 128 f. Mestrado em Interdisciplinar em Humanidades Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA, Redenção Biblioteca Depositária: http://repositorio.unilab.edu.br:8080/jspui/handle/123456789/585.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2022.





LOUREIRO, ANTONIA LANNUZZA GOMES. O ENSINO DE HISTÓRIA E A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/2003 NA EEEP MONSENHOR ODORICO DE ANDRADE' 21/02/2020 77 f. Mestrado Profissional em Ensino de História Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA DA URCA

NOGUEIRA, Alisson Gomes da Silva. **Encenando o currículo: relações étnico-raciais em três atos**. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural. Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Alagoinhas/BA, 2018.

ROTHER, E. T. (2007). Revisão sistemática X revisão narrativa. Acta paulista de enfermagem, 20(2), v-vi.

SANTOS, VÂNIA CATARINA MACHADO DOS. **FAZENDO VALER A LEI 10.639/2003: CONTRIBUIÇÕES DA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA E DA CULTURA AFRO BRASILEIRA'** 25/09/2018 237 f. Mestrado em Formação Docente Interdisciplinar Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - REITORIA, Paranavaí Biblioteca Depositária: UNESPAR/CAMPUS PARANAVAÍ.

SILVA, Luzinete Santos da. A Aprendizagem de História e Cultura Afro-Brasileira a partir das Narrativas de Estudantes do Ensino Médio da Rede Pública Estadual de Rondonópolis -MT / Luzinete Santos da Silva.

PINNEGAR, S., & Daynes, J. G. (2006). Locating narrative inquiry historically: Thematics in the turn to narrative. In D. J. Clandinin (Ed.), Handbook of narrative inquiry. Sage.

VOSGERAU, D. S. A. R.; ROMANOWSKI, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr. 2014.